

# A colonização agrária prusso-alemã no Brasil meridional: o *Urwald* e as mudanças socioecológicas na Mata Atlântica (século XIX)\*

*The German-Prussian agrarian colonization in Southern Brazil: Urwald and socioecological changes in the Atlantic Rainforest (19<sup>th</sup> Century)*

Eduardo Relly\*\*

**Resumo:** Este artigo examina a colonização agrária alemã-prussiana no sul do Brasil do século XIX, com foco nas transformações socioecológicas na Mata Atlântica (“*Urwald*”). Os imigrantes alemães, especialmente em regiões como o Rio Grande do Sul, encontraram vastas florestas subtropicais que haviam sido administradas por comunidades indígenas e tradicionais, o que levou a uma tradução significativa das culturas agrárias e florestais. As práticas dos colonos, notadamente o uso controlado do fogo (Roçawirtschaft), foram informadas pelos sistemas de conhecimento europeu e indígena, remodelando as ecologias locais, conduzindo ao desenvolvimento da agricultura. Este estudo aborda como os colonos alemães navegaram pela paisagem, convertendo terras florestais em zonas agrícolas, e contempla as implicações mais amplas dessa transformação na biodiversidade, no uso de recursos e na dinâmica socioambiental. Além disso, explora o pano de fundo ideológico do nacionalismo alemão e o discurso sobre a natureza selvagem que influenciou as percepções da Mata Atlântica, justapondo-o às paisagens florestais alemãs. Ao analisar as narrativas dos colonos, este estudo contribui para a compreensão da mudança ecológica em contextos de colonização agrária e destaca as complexidades que envolvem a adaptação agrícola, a transferência

\* Submissão: 25/09/2024 | Aprovação: 18/11/2024 | DOI: 10.29182/hehe.v27i3.1027

\*\* Pesquisador associado pós-doutorando na Faculdade de Ciências Sociais e Comportamentais (Fakultät für Sozial- und Verhaltenswissenschaft) da Friedrich-Schiller-Universität Jena. Membro do Centro Colaborativo de Pesquisas 294 “Strukturwandel des Eigentums” (Mudanças estruturais da Propriedade) | ORCID: 0000-0001-5196-7332 | E-mail: rellyeduardo@gmail.com



tecnológica e a mercantilização da paisagem no processo de assentamento das populações alemãs no Brasil meridional.

**Palavras-chave:** Colonização agrária. Alemães. Prússia. Biodiversidade. Mata Atlântica. Mudanças Ambientais.

**Abstract:** This article examines the German-Prussian agrarian colonization in 19<sup>th</sup>-century southern Brazil, focusing on the socio-ecological transformations in the Atlantic Forest (“*Urwald*”). German colonists, especially in regions such as Rio Grande do Sul, encountered vast subtropical forests that had been managed by indigenous and traditional communities, which led to a significant translation of agrarian and forest cultures. The settlers’ practices, notably the controlled use of fire (“*Roçawirtschaft*”), were informed by European and indigenous knowledge systems, remodeling local ecologies and leading to the development of agriculture. This study looks at how German settlers navigated the landscape, converting forestland into agricultural zones, and considers the wider implications of this transformation on biodiversity, resource use and socio-environmental dynamics. It also explores the ideological backdrop of German nationalism and the discourse on wilderness that influenced perceptions of the Atlantic Forest, juxtaposing it with German forest landscapes. By analyzing settlers’ narratives, this study contributes to the understanding of ecological change in the context of agrarian colonization and highlights the complexities surrounding agricultural adaptation, technological transfer and the commodification of landscapes in the German colonies in southern Brazil.

**Keywords:** Agrarian colonization. Germans. Prussia. Biodiversity. Atlantic Forest. Environmental Change.

**JEL:** N43. N46. Q15. Q50. N36.

## Introdução

A colonização alemã no Brasil meridional se destinou a territórios geograficamente acidentados e, sobretudo, cobertos por florestas subtropicais íntegras e manejadas secularmente por povos indígenas e comunidades tradicionais originadas das dinâmicas dos colonialismos ibéricos. Nelas vigorava grande biodiversidade acoplada aos sistemas culturais dos ocupantes tradicionais da terra. Os prusso-alemães foram por isso os personagens centrais de uma complexa tradução de culturas agrárias e florestais, que teve no Brasil meridional, a partir de 1824, repercussões ecológicas e históricas no conjunto das recentes colonizações agrárias da América do Sul.

Os alemães em geral se estabeleceram primeiramente nas duas províncias meridionais do Brasil, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Essas regiões se conformavam bem aos contemporâneos saberes de “aclimatação” (Kundrus, 2003, p. 138), uma vez que discursos sobre o clima, visões racistas e eugênicas sobre o branqueamento racial, além de influências dinásticas e maquinações geopolíticas (disputas pela hegemonia na região do Prata) ajudaram a motivar um plano em larga escala de colonização rural estrangeira de colonos brancos. Quando as autoridades brasileiras começaram a promover a imigração na década de 1820, o Rio Grande do Sul era pouco povoado, e a antiga administração portuguesa não promoveu a colonização das florestas atlânticas semidecíduais do sul.

A produção agrícola no Rio Grande do Sul era muito limitada e diferia radicalmente da vasta agricultura comercial brasileira baseada em culturas tropicais e mão de obra escravizada para exportação. A agricultura era conduzida por produtores de erva-mate de diversas origens étnicas e sociais que praticavam o cultivo itinerante em pequena escala em terras comuns ou por assentamentos açoriano-portugueses em declínio que haviam sido estabelecidos ao longo do rio Jacuí e suas interconexões com os extensos cursos d'água da Lagoa dos Patos. Embora os grupos indígenas, como os Kaingang e Xokleng, também participassem da economia baseada na agricultura, eles se concentravam na subsistência e na coleta de produtos florestais (principalmente o pinhão da *Araucaria angustifolia*) (Correa e Bublitz, 2006). Em 1850, os alemães já eram responsáveis pela maior parte da produção agrícola da região, principalmente porque as elites locais dominavam o lucrativo sistema de criação de gado estancieiro-gaúcho

nos pampas e tendiam a não se dedicar à agricultura. Desde então, a colonização alemã continua sendo uma das pedras angulares na história da agricultura na sociedade brasileira.

A coleta de informações sobre o novo ambiente em que se inseriram, com vistas a diminuir a complexidade desses novos espaços de colonização florestal, deu-se copiosamente. O conhecimento ambiental e climático em grande parte recolhido, classificado e sistematizado por europeus por meio das experiências dos povos americanos tinha vital importância para o sucesso ou fracasso da colonização agrária das florestas subtropicais do Brasil. Os emigrantes que se dirigiam ao Brasil meridional estavam destinados a se tornarem colonos “do mato” ou *Urwald*; a eles era demandada a prática da agricultura e da conversão da floresta em áreas permanentes de cultivo agrícola. Neste artigo, abordaremos, portanto, como esse processo de tradução e alteração ecológicas ocorreu. Munidos de informações e experiências díspares – alicerçadas em sua própria agência histórica e na de diversos grupos de interesse –, os colonos e colonas teuto-brasileiros foram tradutores de processos ecológicos, biológicos e sociais que resultaram na reconfiguração paisagística de grande parte do *hinterland* sul-brasileiro.

Em geral, este artigo busca aderir a uma recente historiografia ambiental e agrária atrelada ao desenvolvimento de matizes conceituais sobre colonizações agrárias para além do paradigma tecnocientificista ou civilizacional que o termo passou a deter após a segunda guerra mundial (Bhattacharya, 2019). De todo modo, o conceito de colonização agrária permanece elástico e pouco explicativo, mas as perspectivas pós-coloniais e estudos da história da ciência e tecnologia buscam realinhar as experiências de colonização à luz das crises socioambientais do tempo presente e das questões envolvendo a justiça socioambiental.

Este artigo busca igualmente conformar a discussão sobre nacionalismo alemão e discurso silvestre, preponderante na Alemanha de fins do século XIX, com uma mirada sobre a experiência *settler colonial* alemã no Brasil. Nesse sentido, observa-se que embora houvesse uma tentativa de indivíduos e classes sociais mais próximas desse ideal em conectar as realidades alemãs e teuto-brasileiras, a relação entre discurso silvestre e germanidade não teve grande ressonância entre os colonos teuto-brasileiros. A tentativa de construção de tal símbolo no Rio Grande do Sul e em Santa

Catarina partiu, via de regra, da iniciativa de atores pertencentes ao universo local e transnacional das classes médias e altas, imbricadas em geral no comércio, na indústria e nas profissões liberais.

Os reflexos globais desse discurso nacionalista/silvestre alemão sobre os “alemães no estrangeiro” (*Auslandsdeutsche*) são praticamente inexistentes nas historiografias brasileiras e alemãs; por vezes, nas análises disponíveis, o mundo da imaginação silvestre burguês-romântico presente na cultura da Alemanha do século XIX é equivocadamente atribuído ao colono teuto-brasileiro em razão de sua suposta e inescapável raiz teutônica (Santos, 2011, p. 42-45). Porém, os colonos e colonas teuto-brasileiros possuíam sua própria visão sobre a fronteira florestal da Mata Atlântica no Brasil meridional, entrando em conflito com os propagadores das culturas silvestres-nacionais que contornavam o nacionalismo na Alemanha.

No sentido das práticas de transformação da paisagem agrária, um dos elementos tecnológicos mais importantes e decisivos para a instalação da sociedade rural teuto-brasileira foi o manejo, controle e gestão do fogo na floresta. O fogo foi o elemento central da chamada *Roçawirtschaft*, ou seja, a técnica de conversão de área florestal em área plantada por meio do fogo controlado e que em grande parte era conhecimento tradicional indígena. O uso do fogo na agricultura é ao mesmo tempo um dos fenômenos menos estudados na literatura das migrações europeias do século XIX. Aqui, centraremos a análise no uso do fogo entre a Prússia e o sul do Brasil.

Para a abordagem de tais desenvolvimentos, analisaremos: (i) os significados da colonização florestal do Novo Mundo subtropical por povos alemães e perspectivas coloniais; e (ii) a mobilidade translocal do fogo e o aproveitamento dos recursos do *Urwald* e nuances da agricultura e pecuária ali estabelecidas. O fogo tem um peso exponencial na análise, uma vez que foi a tecnologia que permitiu as mudanças ecológicas observadas. Como exemplo preponderante de tais transformações, reportarmos-nos com mais frequência à colônia Santa Cruz,<sup>1</sup> na província brasileira do Rio Grande do Sul, entre 1849, o ano de fundação dessa colônia, e 1880. Essa periodização permitirá uma visão de fôlego sobre o processo de conversão ecológica propiciado pela chegada dos lavradores europeus. As principais

<sup>1</sup> O perímetro da antiga colônia Santa Cruz corresponde hoje em dia, *grosso modo*, à denominada Região do Vale do Rio Pardo no estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

fontes primárias dessa periodização referem-se às cartas de imigrantes e de autoridades religiosas e administrativas. Relatos de viajantes e analistas com conhecimentos técnicos em ciências naturais ou geográficos também serão referenciados. Já para o estudo dos discursos sobre a floresta Atlântica do Brasil meridional foram utilizadas principalmente fontes secundárias.

Em linhas gerais, a colonização agrária alemã desses territórios encerrou ou alterou as ecologias sazonais que se apoiavam na biodiversidade florestal. Este artigo se insere, assim, numa perspectiva mista entre a recente história da colonização agrária, a história cultural do meio ambiente e nacionalismo, como em Wilson (2012), e a geografia agrária de Kohlhepp (2014), no sentido de co-historicizar discursos culturais sobre os ambientes transformados e as práticas de transformação da paisagem

## 1. Colonização florestal na América subtropical por povos alemães e a origem dos *Urwaldmenschen*

Em fins do século XVIII e, sobretudo, a partir das ondas emigratórias maciças que caracterizaram o século XIX, camponeses alemães abandonaram as florestas caducifólias de carvalho e faia da Europa central e rumaram para novas matas através do globo terrestre. O Brasil foi o primeiro lugar onde uma população concentrada de alemães se deparou com florestas não temperadas e nelas passou a residir em quantidades significativas.<sup>2</sup> Ali, a Mata Atlântica recebeu o nome de *Urwald*, que pode ser compreendido como “floresta primitiva”, um conceito colonial ecológico que demarcava as alteridades sociobiológicas entre as realidades agroflorestais europeias e as sul-americanas.

O *Urwald*, ou floresta virgem dos povos alemães no Brasil, funcionava como um anticonceito do *Wald*, a floresta e manejada existente na Alemanha pré-moderna. Esse *Wald* europeu possui uma larguíssima história social e econômica, mas, em contraposição ao *Urwald* sul-brasileiro, ele não fazia parte de uma geografia imaginária e empírica colonial. Na esteira da expansão capitalista europeia, camponeses foram continuamente expropriados dos recursos comunais de suas florestas e expostos ao mercado de trabalho da sociedade industrial. De todo o modo, esse *Wald*

<sup>2</sup> Há que se observar o experimento episódico dos Welzer na Venezuela do século XVII (Zantop, 1999).

era uma unidade de sociabilização e reprodução cultural campesina. O *Urwald* do Brasil meridional, por sua vez, era reputado como uma floresta de pura natureza e a-histórica. Nesse sentido, a *terra nullius* projetada nesses espaços silvestres ocultava os direitos territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais que aí viviam – um caso típico de percepções coloniais do tipo *settler colonialism*.

Essa visão atravessou diferentes camadas culturais e tempos históricos. Nesse contexto, porém, ela revela traços claros de colonialidade do poder, dado que novos traços coloniais foram se adensando à medida que o *Urwald* se transformava numa fronteira operada por colonos. Em 1921, num texto contrário à emigração alemã para o Brasil meridional, um autor anônimo afirmava que o *Urwald* seduzia a muitos em razão de seu manifesto erotismo (Anônimo, 1921, p. 4). Numa carta de 1866, o pastor luterano de Santa Cruz, Dr. Borchard, relatava a Friedrich Fabri, inspetor da *Missão da Casa de Barmen* – ligada ao *Comité für die protestantischen Deutschen in Südbrasilien* –, os receios do também pastor Bergfried em cavalgar pelo *Urwald* de Santa Cruz: o último temia obsessivamente os animais selvagens e os ataques dos povos indígenas (EZAB, 1866, p. 5). No mesmo ano, o belga Pierre Mabilde, diretor da colônia Santa Cruz entre 1864 e 1870, foi supostamente sequestrado pelos índios Kaingang ao percorrer áreas florestais mais afastadas dos assentamentos agrícolas em Santa Cruz (Mabilde, 1983, p. 2-3).

Tais relatos tocam pontos focais da conversão da Mata Atlântica brasileira meridional em *Urwald*: a riqueza da biodiversidade, a presença de povos nativos, os animais exóticos e insetos, a solidão das matas e o *pathos* da sedentarização agrícola a ser realizada por povos alemães em expansão.

Porém, nem todo *Urwald* podia ser o *Urwald* dos alemães; isso era especialmente verdadeiro para os camponeses germânicos, habituados com estações do ano bem definidas e usuários bem treinados dos processos fenológicos anuais. Para se tornarem os “homens da floresta primitiva” (*Urwaldmenschen*) ou seus colonos (*Urwaldkolonisten*), a floresta necessitava de um clima subtropical, em que as árvores perdessem pelo menos parte de suas folhas nos meses de inverno (deciduidade).

As folhas eram, nas ecologias camponesas, um importante recurso agrícola na Europa central e a tradução do *Urwald* sul-americano para

esse grupo se fazia propriamente sob o prisma da disponibilidade de recursos econômicos e agrícolas. É o que se depreende, por exemplo, das lamúrias do geógrafo Leo Waibel quando, muito jovem, em 1911, acompanhou o fracasso agrícola alemão no *Urwald* da região de proteção (*Schutzgebiet*) camaronesa, onde as florestas tinham folhas perenes (Waibel, 1965, p. 27); e das descrições epistolares do colono de Blumenau L. Hackbarth aos seus parentes, ao lamentar que no sul do Brasil as árvores eram sempre verdes, tanto no verão quanto no inverno (“*die Bäume sind hier Sommer und Winter grün*”) (FG, 1877, p. 1). Em ambos os casos, a decidualidade florestal explicava o sucesso ou insucesso da agricultura promovida por alemães, pois as florestas perenifólias da África equatorial não podiam ser comparadas à excelência das matas (semi)deciduais do sul do Brasil. Da mesma forma, florestas decíduas, em razão de respostas fenológicas motivadas por severos e regulares estresses hídricos – como é o caso das “matas secas” do Brasil central (Gonçalves, 2015, p. 145) – não entravam, outrossim, na categoria de *Urwald*. O *Urwald* subtropical, da fenologia estacional, foi assim um dos maiores elementos de agência por parte do campesinato/colonato, uma vez que os projetos de colonização agrária não tendiam então a observar assiduamente as perspectivas dos colonos e das colonas.

Uma teoria climatológica não formalizada era também comum a muitos discursos, estando associada a concepções predeterminadas de saúde pública sob uma ótica eurocêntrica.<sup>3</sup> Determinados tipos de clima distinguiam o *Urwald* possível do impossível. Traugott Bromme (1853, p. 466), em seu popular guia (*Ratgeber*), anunciava, por exemplo, a impossibilidade do assentamento germânico ao norte do Rio de Janeiro em razão das temperaturas altas e da insalubridade do clima. Oscar Canstatt (2002, p. 442), diretor de Monte Alverne, era ainda mais restritivo: só Rio Grande do Sul e Santa Catarina poderiam suportar assentamentos alemães. Peter Kleudgen (1853, p. 7) afirmava que Santa Cruz dispunha de um clima excepcionalmente adequado para o imigrante alemão (“*ein vortreffliches Klima, das sich für die Deutsche Auswanderer ganz besonders günstig gezeigt hat*”). Os fracassos das colônias de Mucuri, em Minas Gerais, e de Frankental, no litoral sul da Bahia, constituíram, frequentemente, exemplos comprobatórios desse discurso (Schröder, 2003, p. 99).

<sup>3</sup> Alfred Crosby (2011) preocupou-se com ela e a problematizou em torno do conceito “Neo Europas”.

A colonização do *Urwald* do quadrante meridional da América do Sul levantou de igual maneira o problema da existência ou não de florestas pristinas na Alemanha ou mesmo no continente europeu no século XIX (Wilson, 2012, p. 44-45). Leo Waibel (1965, p. 8-9), com sua ampla experiência em geografia agrária, era categórico ao dizer que na Alemanha já não havia *Urnatur*. Todavia, o reflorestamento de áreas degradadas e ociosas com espécies de crescimento rápido (coníferas, principalmente), capitaneado por vários estados alemães (com destaque para a silvicultura prussiana) entre os séculos XVIII e XIX, e a vitória epistemológica e prática no interior da Ciência Florestal (*Forstwissenschaft*) do modelo de Altas Florestas (*Hochwald*), trouxeram a discussão da natureza virgem ao seio da literatura e das artes plásticas na Alemanha do século XIX (Badenberg, 2022, p. 153). Ao mesmo tempo, as viagens de Alexander von Humboldt, Carl Friedrich P. von Martius, Friedrich Sellow e muitos outros contribuíram para a difusão de uma ideia persistente de *Urwald* enquanto espaço de alteridade ecológica não europeia (Conrad, 2010, p. 246).

No século XX, o problema do *Urwald* na Alemanha e na Europa se desradicalizou e gradativamente novos cenários sobre as possibilidades de sua existência foram descortinados. O Chefe do Serviço Florestal (*Oberforsternann*) do extinto Império Austro-Húngaro e responsável pelas florestas pristinas bósnias, Julius Fröhlich, dizia que tanto o urso e o inseto quanto o caçador não eram elementos descaracterizadores do *Urwald*; para o autor, somente a integração ao mercado podia alterar a natureza da floresta virgem por meio de cortes selecionados e sistemáticos (Fröhlich, 1954, p. 24). Fröhlich de certa forma contribuiu para o desmonte de uma conceituação de *Urwald* (*Urwaldsvorstellung*) que nascera ainda no século XVIII dentro de uma lógica eurocêntrica e colonialista e que fora, no século XIX, por meio do darwinismo social, crescentemente associada aos povos tidos como primitivos (Wirz, 2000, p. 27). Partiu-se do mito da natureza intocada para a noção de integridade das relações ecológicas; reverberava-se, assim, a experiência germânica no Brasil meridional no interior da silvicultura europeia.<sup>4</sup>

Essas conceituações repercutiram igualmente sobre a floresta pristina brasileira, referida por Albert Wirz. Em seu *Manual de geografia e estatística do Império do Brasil* (*Handbuch der Geographie und Statistik des Kaiserreiches*

<sup>4</sup> Ver detalhes em Diegues (2004).

*Brasilien*), Johann Wappäus (1871, p. 1830) chegava a pregar a identidade entre *Urwald* e os alemães no Rio Grande do Sul. Na esteira do nacionalismo germânico, a missão civilizatória dos colonos e das colônias teuto-brasileiros nas matas profundas, densas e perigosas do Brasil não passou despercebida (Correa; Bublitz, 2006, p. 75). Já o ativista da Associação Central para Geografia Comercial e Promoção do Interesse Alemão no Estrangeiro (*Centralverein für Handelgeographie und zur Förderung deutscher Interesse im Auslande*), Hugo Zöllner (1883, p. 144-145), entendia o êxito da colonização alemã nas florestas virgens do Rio Grande do Sul a partir de características eminentemente nacionais; o *Urwald* representava para ele a pureza da natureza, e o autor se deixou inclusive seduzir pelo esforço das virtudes teutônicas na alegada civilização florestal do Rio Grande do Sul. O suposto caráter civilizatório do domínio do *Urwald* e a emergência do colono teuto-brasileiro como um “homem-fronteira” foram elementos ideológicos centrais de atração dos colonos aos desígnios nacionalistas/colonialistas do *Deutschtum* (Correa, 2016, p. 172).

Esse orgulho do controle sobre o *Urwald* não era, entretanto, privilégio das classes alemãs cultas ao observarem seus compatriotas (Bublitz, 2014, p. 86). Em 1877, o colono Heinrich Fissmer, de Joinville, em Santa Catarina, escreveu a seu irmão Wilhelm Fissmer em Calbe, Prússia: “Ali em Joinville você deveria estar surpreso sobre o que se passou com a *Urwald* e o pântano nos últimos 25 anos” (“*Da in Joinville solltest du dich wundern was seit 25 Jahre aus dem Urwald und Sumpf geworden ist*”) (FG, 1877, p. 1). Na retórica de cartas, a ideia civilizacional era, porém, bastante reduzida e nela predominam sobretudo as imagens de sucesso pessoal e familiar do interlocutor emigrado. Assim, parece bastante evidente que os *Urwaldkolonisten* entendiam a floresta antes e principalmente como um recurso econômico, tal qual o faziam na Alemanha.

No entanto, as impressões românticas continuaram; Hans Porzelt, em *Der deutsche Bauer in Rio Grande do Sul*, fundava a diferença entre o camponês alemão e o colono teuto-brasileiro justamente na ausência, por parte do último, “de um enraizamento ao solo, de uma permanente fidelidade ao torrão de terra” (“*Erdverwurzelheit, die bleibende Treu zur Scholle*”) (Porzelt, 1937, p. 104-105). Em 1935, Siegfried Kniest no *St. Paulus Blatt*, folheto católico de difusão em boa parte das colônias alemãs, insistia na necessidade da conexão espiritual entre as florestas e o mundo rural

teuto-brasileiro, pois “uma vila sem floresta é como uma cidade sem edificações históricas, sem monumentos, sem coleções de arte, sem teatro ou música” (Kniest, 1935, p. 117).

A centralidade dos recursos florestais – materiais e simbólicos – para o estabelecimento de colonos alemães no sul do Brasil pode também ser visualizada na discussão existente entre vantagens e desvantagens de assentamentos germânicos em áreas de campo (*Kamp*) ou *Urwald*. Esse debate foi conduzido por diversos cientistas e intelectuais; Hermann von Ihering, Balduino Rambo, Herbert Wilhelmy e Leo Waibel tomaram, por exemplo, parte nele. De modo geral, esses autores sublinharam a ideologia *Waldmenschen* e a projetaram sobre os territórios austrais da América do Sul. Sob o ponto de vista dessa geografia inventada, não somente as províncias meridionais do Brasil, mas também boa parte da região oriental do Paraguai, adicionada do Guairá, e das províncias mesopotâmicas da Argentina foram selecionadas como um espaço florestal propício ao acolhimento de alemães (Nodari, 2018, p. 81, 104); a Mata Atlântica em seu quadrante sul surgia como uma floresta possivelmente teutônica. Wilhelmy (1940, p. 208) e Rambo (1956, p. 309), aparte de considerações econômicas, eram particularmente mais enfáticos em entender as colônias no *Urwald* (*Urwaldkolonien*) por meio da “atração misteriosa que o mato exerce sobre o caráter do povo alemão” (Rambo, 1956, p. 309).

As fundamentações econômicas a respeito da preferência dos colonizadores alemães pelo *Urwald* foram, todavia, mais realistas e tocaram as tradições centro-europeias de agricultura e sua projeção naquele novo ambiente. Cumpre, porém, lembrar que as colônias alemãs do sul do Brasil não foram fundadas e estabelecidas unicamente por alemães, mas também por funcionários públicos, políticos e empresários brasileiros e/ou de outras nacionalidades (Weimer, 2004, p. 112-113). Na medida em que o negócio da colonização se capilarizava no sul do Brasil por meio do capital privado liberado pelas reformas agrárias advindas através da Lei de Terras de 1850/1854 (Smith, 1990, p. 340), coube aos imigrantes paulatinamente disporem de mais liberdades e opções para adquirirem um lote rural com as configurações ambientais mais próximas de seus saberes, experiências e capital. Até 1854, as opções eram bastante restritas nesse sentido, predominando as iniciativas governamentais, mais padronizadas e rígidas (Christillino, 2010, p. 166-177).

De toda a sorte, as iniciativas governamentais e particulares eram frequentemente assessoradas por indivíduos que possuíam algum conhecimento das tradições florestais e agrícolas dos lavradores alemães (Constantino, 2012, p. 12). Esse é o caso, por exemplo, de Georg von Schäffer e das colônias São Leopoldo e Nova Friburgo; Peter Kleudgen e Santa Cruz; e Christian Matthias Schröder e Dona Francisca. A oferta de terras deveria necessariamente atender a uma clientela formada por um mercado global de emigração (Nodari *et al.*, 2004, p. 163), fortemente sedimentado, no caso brasileiro, até por volta de 1875, na Alemanha e, precisamente, nas cidades hanseáticas (Lenz, 1999, p. 80-94). Por este motivo, era necessário entender de que forma os migrantes, ainda na Alemanha, faziam agricultura e como se relacionavam com florestas.

Economicamente, a oposição *Kamp versus Urwald* percebia no recurso madeireiro (madeira para construção, lenha e carvão) uma aproximação com as experiências da agricultura centro-europeia. Charles Beck-Bernhard, em 1872, anunciava áreas gramíneas de pampa na Argentina como espaço propício ao uso do arado e da produção cerealífera, mas não escondia a necessidade eventual de o colono depender do mercado para obter madeiras, o que era, segundo o autor, uma grande desvantagem da natureza argentina (Beck-Bernhard, 1872, p. 64-65). Embora criticasse o caráter predatório e o rebaixamento técnico do colono teuto-brasileiro no *Urwald*, Wilhelmy (1980, p. 38-39) percebeu que os colonos entendiam a floresta como recurso fertilizador indispensável, recolhido por meio da queima de biomassa; ademais, a floresta era um fornecedor importante de palhas e outros produtos secundários. Hermann von Ihering e Paul Langhans (1887, p. 335) ressaltavam a centralidade na economia teuto-brasileira dos recursos hídricos e madeireiros de que o *Kamp* do Rio Grande do Sul meridional e do Uruguai não dispunham, mas que abundavam no *Urwald*. Jorge Hörmeyer (1863, p. 183-184) buscou descrever o *Kamp* que antecedia a chegada na colônia de Santa Cruz: “Mas o que é um campo [*Kamp*]? [...] Não é nada além de pastagens selvagens, que se encobrem por milhas e milhas em suaves colinas onduladas. Nada de árvores, nada de arbustos: tão-somente a grama autóctone nasce nele”.<sup>5</sup> Nas áreas de Santa Cruz em

<sup>5</sup> Livre tradução para “*Was ist denn aber ein Kamp? [...] Nichts als wilde Wiesen, die sich meinlenwert in sanfte Wellenhügeln hindecken. Kein Baum, kein Strauch, nur das einheimische Gras wächst auf ihnen*”.

que o campo fazia transição com o *Urwald* ou mesmo predominava – quadrante meridional da colônia, precisamente na Linha Vila Teresa e Bom Jesus –, muitos lotes tinham sido já abandonados por seus possuidores em meados da década de 1870.<sup>6</sup>

Leo Waibel (1949, p. 165) estimava temerariamente que 99,9% dos colonos rurais alemães tivessem se estabelecido no *Urwald*. Ideologizado e manejado, o fato é que o *Urwald* se tornou parte integrante de um sistema agropecuário inovador na história da agricultura brasileira e latino-americana. Ali, no sul do Brasil, agricultores europeus adquiriram *expertise* na agricultura popular americana, adotaram tecnologias nativas (o fogo, principalmente) e compuseram um campesinato rural de subsistência (não em toda a parte), que se desviou por vezes do modelo de comoditização agrícola. Vejamos o caso do fogo, nesse sentido, e do seu peso na colonização agrária prusso-alemã.

## 2. O fogo entre mundos e usos do *Urwald*

### 2.1 O *Urwald* em Santa Cruz, Rio Grande do Sul

A colonização alemã em Santa Cruz iniciou-se em 1849 com a chegada das primeiras famílias silésias e renanas às franjas meridionais da Serra Geral gaúcha. A floresta ou o *Urwald* de Santa Cruz era em grande parte terra devoluta e pública, e pertencia, *de jure*, ao *domínio eminente* do Imperador do Brasil como herança do período colonial e da política de conservação portuguesa (Cabral, 2014, p. 347). A Lei Geral nº 514 de 28 de outubro de 1848 concedeu à província do Rio Grande do Sul o direito de administrar a privatização de terras públicas – quase sempre florestadas – no intuito de colonizá-las com estrangeiros (Radünz, 2008, p. 33). A província do Rio Grande do Sul, ao fundar a colônia em 1849, nomeou sucessivos diretores administrativos, que eram subordinados à presidência da província. O diretor era o elo entre os colonos e o Estado brasileiro; além disso, ele zelava pela prosperidade e segurança da colônia; executava a legislação e as determinações dirigidas aos colonos; responsabilizava-se pelo orçamento e andamento das obras e investimentos públicos; fomentava a vida civil e religiosa; intermediava um rudimentar

<sup>6</sup> CEDOC UNISC: Relatório Carlos Trein Filho: Bom Jesus, Andrea e Vila Theresa.

mercado creditício entre a província e os colonos; cuidava das questões de saúde pública; e era um consultor e informante da presidência provincial. Em 1872, Santa Cruz deixou de ser administrativamente uma colônia e passou integrar o município de Rio Pardo como um distrito. Em 1877, o Decreto-lei provincial nº 1079 elevou Santa Cruz ao estado de vila, possibilitando aos seus moradores um corpo de representação política, a Câmara de Vereadores, instalada em 28 de setembro de 1878 (Schmachtenberg, 2004, p. 386-387; Loefflad, 1952, p. 18).

Por milênios, a floresta que os alemães chamaram de *Urwald* fora o território de vida e gestão de povos nativos das parciaisidades Gê e Guarani; durante o período colonial até as migrações europeias, novos atores florestais surgiram, e com isso novas demarcações territoriais, econômicas, sociais e culturais coexistiram.

Os testemunhos de uma movimentada *pré-história* florestal são abundantes. O diretor Buff, em 1859, constatava a existência de datas de terra concedidas a Pedro Leites de Campos e Antônio José Caetano em terreno florestal já em 1811 e que, naquele ano, encontravam-se abandonadas (AHRS, 1859). Nos anos 1840, Delfino de Santos Moraes, capataz de fazendas de gado em Soledade e amigo do naturalista Aimé Bonpland, “descobriu” um caminho viável entre Rio Pardo e Cruz Alta que levou à construção da picada florestal “Estrada de cima da serra” em 1847, arrematada pelos cofres da província (Eckert, 2014, p. 103-105).

Os faxinais, que formavam áreas de transição entre os campos que se originavam a partir da cidade de Rio Pardo em direção ao norte, haviam sido todos concedidos a particulares ainda em tempos coloniais.<sup>7</sup> O faxinal de João Faria, que deu origem à praça municipal (*Stadtplatz*) de Santa Cruz na década de 1850, fora concedido a este em 1796 pela rainha portuguesa Dona Maria, sendo que a própria casa de João Faria viria a servir, cerca de cinquenta anos mais tarde, como alojamento dos primeiros colonos prussianos. Outros faxinais existiram: de Dona Josefa, Faxinal de Santo Amaro, dos Fagundes e o Faxinal Velho (Müller, 1999, p. 40).

Outra unidade produtiva ligada à pecuária e de significativa importância estratégica às margens das florestas de Santa Cruz era o Rincão d’El

<sup>7</sup> De acordo com Nerone (2015, p. 77), o faxinal é “uma forma de organização rural que apresenta os seguintes componentes produtivos: produção animal [...], produção agrícola e extração de erva-mate”.

Rei (Fazenda Nacional), concedido ao coronel Felix José Pereira em 26 de abril de 1762 (Müller, 1999, p. 91). O Rincão fora fundado numa era de hostilidades entre Portugal e o Império espanhol e se inseria nas disputas fronteiriças da região do Prata. Ele tinha por função acolher o gado bovino e equino das forças portuguesas no cenário conflituoso da região. Com o tempo, tais fazendas foram arrendadas ou mesmo parceladas; cultivos de trigo foram ali experimentados na década de 1860 por colonos vindos de São Leopoldo (Hörmeyer, 1857, p. 47).

A mata virgem ou o *Urwald* foi, no entanto, sobretudo um território de alteridade humana. Colonos e outros atores tinham na figura do *Bugre* um dos inimigos mais tenazes do que julgavam ser o mundo civilizado (Bublitz, 2014, p. 86). Na polêmica com Kleudgen entre 1852 e 1853, Samuel Kerst (1852, p. 60-61) da Associação Berlinense para Centralização da Emigração e Colonização Alemã (*Berliner Verein zur Centralisation deutscher Auswanderung und Colonisation*) lançava dúvidas na imprensa alemã sobre a segurança de Santa Cruz diante de eventuais ataques indígenas. Em Joinville, Heinrich Fissmer relatou o curto desaparecimento de duas jovens que andavam pela floresta; vizinhos e familiares acreditavam na possibilidade concreta de um rapto indígena (FG, 1872). O testemunho mais eloquente dessas tensões é decorrente do misterioso rapto do diretor Mabilde, que desde 1833 detinha contatos estreitos com os índios Kaingang (Coroados) em razão de seu envolvimento nas demarcações dos aldeamentos indígenas no norte do Rio Grande do Sul (Laroque, 2000, p. 180-181). Em Linha Sinimbu, extremidade norte e serrana de Santa Cruz, criou-se a Linha Bugre (Müller, 1999, p. 21). Isabelle (2006, p. 226), ao comentar sobre o monte Botucaraí, próximo a Santa Cruz, alegava haver ali índios antropofágicos.

As tensões étnicas no *Urwald* não se consubstanciavam somente por meio da oposição colonização *versus* povos indígenas: em 1863, o diretor Schwerin exigiu do presidente da província providências para destruir um quilombo por ele e sua equipe identificado no norte montanhoso da colônia (AHRS, 1863).

O exercício da força foi um recurso comum para a *limpeza* de projetos sociais adversos ao andamento da colonização; em Santa Cruz, isso não foi diferente. No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, forças paramilitares conhecidas por Bugreiros conduziram o trabalho sangrento de extermínio indígena (Prutsch e Rodrigues-Moura, 2014, p. 70).

A parte eminentemente florestal de Santa Cruz, até a altura em que a Serra Geral se eleva mais abruptamente ao norte, era formada pela floresta estacional decidual e floresta estacional semidecidual em contato com a zona de campos (porção meridional da colônia) a partir do aprofundamento da Depressão central do Rio Grande do Sul (Leifheit, 1978, p. 22-25). No tempo da imigração para Santa Cruz, essa classificação obviamente não existia e a floresta desprovida ou carente de coníferas – como era a maioria da extensão florestal – era chamada pelos alemães de *Laubwald*, equivalente em português a *floresta folhada* (Anônimo, 1931, p. 2-3; Lange, 1888, p. 46). Basicamente, aos olhos dos colonos teuto-brasileiros, agricultores em sua grande maioria, a *Laubwald* era a floresta que perdia folhas: em suma, uma floresta caducifólia.

A diferença entre florestas estacionais deciduais e florestas estacionais semideciduais reside basicamente no teor de caducidade de suas principais espécies arbóreas. Enquanto a floresta estacional semidecidual perde de 20 a 50% de folhas em virtude de estresse climático (sendo o frio a principal causa da perda das folhas nas latitudes subtropicais), a floresta estacional decidual caduca mais de 50% de suas folhas (IBGE, 1992, p. 92-97). Esquemáticamente, esses subtipos de florestas pertencem, como já mencionado, ao bioma Mata Atlântica e nele preponderam famílias botânicas de origem tropical (Rambo, 1956, p. 411), que colonizaram o território do atual Rio Grande do Sul há cerca de 6000 a 4000 anos atrás (Kern, 1997). As florestas estacionais do bioma Mata Atlântica, no quadrante sulino, possuem um dossel que varia de 10 a 40 metros de altura e as folhas caducam na estação invernal (junho a agosto), não havendo ocasiões frequentes de estresse hídrico (Gonçalves, 2015, p. 144-153). Ao contrário da *Laubwald* na Alemanha, a transposição desse conceito no *Urwald* implicou um significativo aumento da diversidade de espécies arbóreas.

As florestas estacionais deciduais e semideciduais formaram a expressão material da ideia de *Urwald*. Além disso, foi nelas que os colonos optaram em se assentar de modo a desenvolver cultivos agrícolas e criação de animais domésticos.

Ademais, as matas estacionais brasileiras foram percebidas precocemente por diferentes atores como contendo o potencial necessário para uma transferência ecológica-rural-florestal menos traumática para os

imigrantes alemães. Hörmeyer (1986, p. 86-87) insistia, por exemplo, que o agricultor deveria sempre comprar terras florestais “folhadas”, afastando-se das matas setentrionais de araucária. Maximilian Beschoren, grande conhecedor da geografia florestal da província gaúcha, identificava a *Laubwald* com o próprio sistema agropecuário dos colonos alemães (Beschoren, 1989, p. 27-28). A mata *Laubwald* também era chamada de “mata branca”, numa clara oposição à “mata preta”, que se identificava culturalmente com as coníferas europeias e que, no Rio Grande do Sul, eram representadas pela *Araucaria angustifolia* (Nodari, 2018, p. 35).

Um ponto fundamental do *Urwald* era a correspondência que os colonos podiam fazer entre ela e a *Laubwald* de suas regiões de origem, pois essas florestas configuradas em torno de espécies decíduas, notadamente a faia e o carvalho, estavam estruturalmente associadas ao manejo agrícola (*Landwirtschaftswald*) do mundo camponês no espaço europeu de língua alemã (*deutschsprachiger Raum*) (Ernst, 2000, p. 2). A ecologia própria das espécies decíduas nos Estados Alemães e, posteriormente, no Império Alemão, possibilitava um manejo integrado de recursos entre floresta, campo e pecuária. A importância desse modelo esteve ligada ao funcionamento da economia rural em torno do *Dreifeldwirtschaft* (sistema de três campos), em que a floresta oferecia espaços complementares para a criação de animais (com pastagens florestadas, *Waldweide*, e a suinocultura, *Schweinemast*), retirada de folhas, galhos e liteira para alimentação dos rebanhos (*Fütterergewinnung*) e extração de palhas (*Streugewinnung*) (Mantel, 1965, p. 15) a floresta decidual complementava a alimentação dos gados, gerando com isso, também, fertilizantes para a intensificação do solo agriculturável, de modo que se estabelecia um relevante fluxo energético entre a biomassa florestal e o campo (*Feld*) (Warde, 2010, p. 315-316).

Abundam testemunhos históricos a respeito da antiguidade e permanência da floresta agrícola ou *Landwirtschaftswald* nas aldeias de origem dos emigrantes. Na era da administração francesa da margem esquerda do Reno, precisamente entre 1804 e 1805 – cerca de cinquenta anos antes da emigração de muitos de seus habitantes para Santa Cruz –, as comunas de Irmenach, Büchenbeuren e Ehrbach tiveram confirmadas pelas autoridades francesas do *Arrondissement* de Simmern seus direitos históricos de pastoreio na “floresta nacional” (*forêt nationale*) de Trabach. Similarmente, em 1868, o ministro das finanças prussiano August von

der Heydt exigiu medidas enérgicas contra o exercício da suinocultura (*Schweinemast*) pelos camponeses pomeranos dos Distrito Florestais (*Forstrevieren*) lotados no distrito de Stettin (APS, 1868).

A *Landwirtschaftswald* da Mata Atlântica foi conduzida de maneira diferente, mas a conexão da ecologia da decidualidade se manteve. De modo geral, a coleta de serrapilheira para o uso da forragem, galhos e folhas foi preservada na pecuária do *Urwald*, embora tenha perdido sua centralidade (Ihering (1887, p. 114-118).<sup>8</sup> No entanto, era sobretudo a liteira folhada e em decomposição – menos intensa no Brasil do que na Prússia – que mostrava aos colonos a existência de uma camada significativa de húmus acumulado, atestando, por conseguinte, à transmissão de nutrientes entre o dossel e o solo (Vogel, Schumacher e Trüby, 2012, p. 130). Além disso, as folhas, quando devidamente queimadas na estação mais seca, eram um excelente combustível para o manejo *Roçawirtschaft* (Gerhardt, 2009, p. 73-74).

## 2.2 Fogo no *Urwald*: *Roçawirtschaft* e *Capoeirawirtschaft*

Antes de iniciarmos a análise das práticas de coivara executadas pelos povos alemães no Brasil meridional, é importante discutir a relevância que o uso do fogo tinha para a economia camponesa na Europa pós-iluminista. Embora tenha sido vítima da Ilustração e da silvicultura (*Forstwirtschaft*), o fogo teve vida longa na Europa central e boreal (Pyne, 2012, p. 167). Reformadores agrícolas profundamente tocados pelos métodos racionais anatemizaram o fogo e o colocaram no pedestal do barbarismo. Carl Sprengel (1846, p. 409-410) dizia que a queima integral de florestas era única e exclusivamente uma prática existente dos povos americanos e neoamericanos. Para o agrônomo de Regenwalde, técnicas de emprego do fogo (*Kutisbrennen*, *Rasenbrennen*, *Gereutbrennen*) existiriam na Alemanha somente em menor escala, sem prejuízo dos estoques madeireiros para o comércio. Por consequência, Sprengel equivocadamente excluiu a Europa da geografia global das chamas.

<sup>8</sup> Os poloneses que emigraram para o planalto ocidental do Paraná por volta do último quartel do século XIX e início do século XX mantiveram a extração de produtos florestais, para fins pecuários, de forma bastante pronunciada. De certa forma, a agricultura polonesa está também encaixada no modelo da agricultura centro-europeia. Ver Gluchowski (2005).

O uso do fogo na Europa foi mais persistente na Escandinávia, nações bálticas e Rússia (Williams, 2003, p. 177) Mas era também presente em partes da França, Áustria e países do Mediterrâneo, onde possuía características acentuadamente diferentes da ecologia ígnea do centro da Europa (Goldammer; Montag; Page, 1997, p. 6). Carl von Linneu, por exemplo, em *Oeconomia naturae* (1749), entendeu numa viagem pela Escânia e Lapônia que o fogo estava extremamente vinculado à reprodução social dos camponeses. O taxonomista prezava sobretudo seu caráter de reprodução da fertilidade do solo e como facilitador da conversão de nutrientes. Antes e contrariamente a Carl Sprengel, Linneu pensou o fogo como um símbolo máximo, eficiente e positivo da economia da natureza (Dove, 2015, p. 243).

Na Prússia do século XIX, o uso do fogo era claramente mais pronunciado em seu quadrante ocidental, principalmente na Província do Reno (Ernst, 2000, p. 85). Entre o Eifel e o Hunsrück vigorava uma agricultura relativamente precária e essas regiões estavam afastadas de grandes entroncamentos e conexões viárias (Schwerz, 1831, p. 2-3); elas eram desde muito tempo reconhecidamente espaços de pobreza rural e com fortes tradições emigratórias (Dotzauer, 2001, p. 387). Em algumas comunidades menos povoadas, frias, distantes e em que prevaleciam solos desfavoráveis, a agricultura em campos permanentes sequer cobria as necessidades da população e tampouco satisfazia limites aceitáveis de nutrição animal de modo a configurar a manutenção de cultivo em campos fixos por meio de fertilização reversa.<sup>9</sup> Logo, tais aldeias vieram a adotar o cultivo rotativo de terras florestais e de prados com auxílio do fogo. As florestas dessas regiões eram naturalmente *Laubwald* (Geisbüsch, 2004, p. 16). Praticava-se ali a “economia das queimadas” (*Brandwirtschaft*) e a rotação de terras tomava ciclos mais ou menos longos (Mantel, 1965, p. 108).

Na Pomerânia, embora o processo de colonização alemã do território nos séculos anteriores tenha sido em grande parte realizado sob o tição, o uso do fogo parece ter sido bem mais reduzido (Pyne, 2012, p. 160-163). Johann G. Goldammer credita à Pomerânia um manejo chamado *Röderwaldwirtschaft*, que se refere a um sistema de agricultura itinerante

---

<sup>9</sup> Esse fenômeno foi estudado ainda no século XIX pelo famoso economista Johann Heinrich von Thünen (1826), que argumentava a inviabilidade de agricultura comercial longe de centros urbanos consumidores, dada a ausência de redes de transportes adequadas.

em florestas altas típico nas regiões bálticas (Goldammer, Montag e Page, 1997, p. 18-19). Entretanto, no *Königliche Preussische Landeaufnahme* de 1890, percebem-se nas aldeias e colônias em derredor de Regenwalde, Labes e Dramburg, registros toponímicos como “*Ascherdamm*”, “*Brandmuhl*” e “*Brandsfelde*”, que podem ser literalmente traduzidas ao português como “Represa de cinzas”, “Moinho queimado” e “Campos queimados”.

As formas de manejo ígneo foram duramente combatidas pela administração florestal prussiana e demais grupos de interesse (Schmidt, 2002, p. 134-135). Em 1826, o Parlamento provincial da Vestefália buscou extinguir sem sucesso o sistema de *Hauberg*, ou seja, a derrubada cíclica de árvores, que, por sinal, vigora até nossos dias (Bernhardt, 1869, p. 162). Igualmente, no Hunsrück e Eifel, os principados que governavam esses espaços até o Tratado de Luneville (1801) dedicaram grande esforço legislativo para conter a extensão e importância do manejo ígneo entre a população local (Bauer, 2009, p. 62-65).

Ademais, o *Intelligenzblatt für den Kreis Simmern und dessen Umgegend* anunciava constantemente o arrendamento de terras de *Schiffelland* em parcelas, gerando renda para a comuna e terras adicionais para os mais pobres.<sup>10</sup> A coincidência entre pobreza, manejos ígneos e emigração transoceânica avigora o argumento de que os novos colonos, ao pisarem no Brasil, detinham experiências suficientes para encarar os desafios do fogo no *Urwald*.

A agricultura ígnea e itinerante teuto-brasileira foi considerada historicamente por muitos analistas como uma evidência do distanciamento definitivo dos colonos alemães de suas pátrias germânicas. Analistas clássicos como Sérgio Buarque de Holanda (2007, p. 66-67), Leo Waibel (1958, p. 302), Emilio Willems (1980, p. 236-238), Claude Lévi-Strauss (1988, p. 122-123) e, inclusive, novos pesquisadores tributários da recente história ambiental<sup>11</sup> enfatizaram o caráter *acaboclado* da conversão do emigrante alemão em colono. Por outro lado, a deficiente comodificação da agricultura e a permanência de muitos colonos brancos na agricultura de subsistência desafiou teorias racistas da modernização e ressaltou argumentos

<sup>10</sup> Exemplos: Anônimo (1852), Anônimo (1849); Anônimo (1851).

<sup>11</sup> Por exemplo: Bublitz (2006) e Santos (2011).

da indigenização/caboclicização de vastas camadas da sociedade branca colona em expansão.

O uso do fogo na agricultura teuto-brasileira sofreu sua cota de preconceitos, reverberando o argumento de Stephan Pyne para as “queimadas” do centro do país (Pyne, 1997, p. 66). Em 1861, o presidente da província do Rio Grande do Sul, Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão (p. 48), afirmava sua decepção com a agricultura praticada pelos colonos de Santa Cruz, que, para ele, “imitarao [sic] os nacionais”. Ele se referia sobretudo à aplicação indiscriminada do fogo e à recusa da adubação do campo de cultura. Emilio Willems enxergava no fogo a ruptura da germanidade dos colonos teuto-brasileiros e a sua aculturação pela sociedade brasileira (Willems, 1946, p. 335).

Com efeito, desde o início da emigração de povos germânicos para o Brasil ignorou-se que no Hunsrück e no Eifel a população rural empobrecida estava visceralmente ligada aos manejos ígneos. Precocemente, o fogo dos alemães virou sinônimo de caboclo, de atraso e de depreciação cultural. Analistas como Jean Roche (1969, p. 651) e Theodor Amstad (1999, p. 301) chegaram a sugerir que a instalação da agricultura teuto-brasileira nos *Urwälder* veio acompanhada de uma fase pioneira de *degeneração* cultural dos atores envolvidos; o fogo da economia de roça (*Roça-wirtschaft*) era um símbolo de hiato civilizacional para esses dois autores.

No entanto, já desde o início do século XIX, o divisivo Georg Anton von Schäffer (1824, p. 313-314) comparara o manejo de roça no Brasil com as realidades que ele mesmo, como oficial do Império Russo, observara na Finlândia, na Suécia e na Noruega. Schäffer teve um elogiável *insight* de compreensão da dinâmica do fogo através de espaços tão longínquos quanto a Alemanha, o Brasil e a Escandinávia. Muito tempo depois, Johann Goldammer (1998) e François Sigaut (1979)<sup>12</sup> se questionaram a respeito do silêncio dos pesquisadores europeus em considerar a Europa como uma arena do fogo agrícola, propondo finalmente uma agenda de estudos a esse respeito. Uwe Edoard Schmidt (2009 p. 144) alertou sobre a transferência de conhecimentos agrícolas e florestais para o Novo Mundo, especialmente no nordeste dos Estados Unidos. É nesse sentido e sob

<sup>12</sup> Sigaut (1979) criticou o eurocentrismo que, segundo ele, dominou as análises da agricultura extensiva na antropologia. Sua invisibilidade na Europa seria causada pela identificação do fogo com as sociedades ditas “atrasadas”.

essas perspectivas que estudamos o uso do fogo por meio da *Roçawirtschaft* no presente artigo.

A coivara era de fato um método de ampla distribuição geográfica no Brasil e servia para a conversão de floresta em terra arável. A queima do mato pautara a agricultura desde os primeiros cultivadores florestais do território brasileiro e esteve sempre vinculada aos manejos e à cultura dos povos originais (Levine, 1979, p. 58). Warren Dean (2007, p. 38-59) vinculou a extensão/retração da Mata Atlântica e de suas áreas de contatos com áreas de campos do Planalto brasileiro justamente sob a ótica da dinâmica do fogo nativo e da demografia. Diogo de Carvalho Cabral (2014, p. 112), ao considerar todos os ciclos econômicos brasileiros no período colonial, categorizou a agricultura desse período como essencialmente “pirotécnica”.

Apesar da difusão da agricultura de coivara, o Brasil pós-1822 – período inicial das políticas de colonização de regiões florestais por meio do recurso da migração estrangeira –, apresentava, entretanto, uma Mata Atlântica relativamente intacta em comparação a 1500 (Miller, 2000, p. 40). Em terras interioranas mais afastadas das estradas e dos centros urbanos brasileiros, normalmente bastante acanhados, a colonização de europeus fez também largo uso do fogo sob áreas extensas de floresta. Condições objetivas de produção (estradas, mercados, infraestrutura, custo laboral, disponibilidade de mão de obra, ausência de crédito etc.) aliadas com práticas culturais estabelecidas criaram, no caso dos colonos teuto-brasileiros, terreno propício para manejos ígneos. No caso da imigração alemã, o mesmo foi enriquecido com as experiências europeias previamente existentes.

Descreveremos o sistema de *Roçawirtschaft* por meio de epístolas escritas e trocadas pelos próprios atores no eixo Alemanha-Brasil. A primeira carta foi composta pelo colono L. Hackbarth de Blumenau, Santa Catarina, datada de 13 de outubro de 1877, e endereçada a seus filhos e nora que viviam em Warnin, Pomerânia (*Kreis Köslin*):

[...] cem *Morgen* e até mais, é este tanto de floresta alta que é preciso primeiro rotear[;] [a mata] deve permanecer ali onde a floresta é cortada por 5 a 6 semanas para secar e para que depois ser cortada e queimada. Os galhos são ainda colocados juntos e queimados [...] Fazem-se 3 bu-

racos, onde se coloca o milho e a terra por cima; e então cresce (FG, 1887, p. 2).<sup>13</sup>

[...] cem Morgen e até mais, é este tanto de floreta alta que é preciso primeiro rotear [“Zuland gemacht werden”];] ali a mata é derrubada, a qual deve permanecer por 5 a 6 semanas para secar[;] e então é cortada e queimada. Os galhos são ainda ajuntados e queimados [...] Fazem-se 3 buracos, onde se coloca o milho e a terra por cima; e então cresce.

A segunda missiva é de Albrecht Zahl, empregado numa fábrica de sabão em Novo Hamburgo. O destinatário da carta, datada de 1897, era um amigo de sobrenome Schumann, que vivia na Alemanha Imperial. Zahl comenta que os alemães no Brasil fazem uma agricultura do tipo roça, que consistia em um

[...] pedaço de floresta que deve ser recuperado e é derrubado e queimado; o solo entre os tocos de árvore remanescentes é então desprendido um pouco com uma enxada e o milho é ali semeado [...] mas as raízes das árvores e dos arbustos também voltam a crescer e, dentro em breve, um campo de milho parece tão coberto de vegetação que, a alguma distância, é indistinguível da floresta (FG, 1897, p. 13).<sup>14</sup>

Essas duas cartas são registros de atores diretamente envolvidos no mundo colonial teuto-brasileiro e resultado da troca de informações acerca de ecologia do fogo entre espaços. Em Santa Cruz, os colonos Josef Uman e Luís Panke registraram os processos de *Roçawirtschaft*. Uman, outrora operário na Boêmia Habsburga, relatava ter enfrentado grandes dificuldades em aprender a queimar seu pedaço de *Urwald* (*Urwaldstück*),

<sup>13</sup> Livre tradução para: “[...] ein hundert morgen auch noch mehr, das ist noch lauten Urwald das muß erst Zuland gemacht werden da wird der Urwald abgeschlagen den muß es 5 bis 6 Wochen liegen das es trocknet und denn wird es angesteht und verbrannt werden. Die Aeste noch zusammen gelegt und verbrannt [...] Werden 3 Löcher gehackt Mais eingelegt und Erde aufgelegt und dann wächst”.

<sup>14</sup> Livre tradução para: “[...] Stück Wald gennant was urbar gemacht werden soll, geschlagen und abgebrannt ist, dann wird den Boden zwischen den stehengebliebenen Baumstümpfen mit der Hacke ein wenig aufgelockert und Mais darin gesät [...] aber die Würzel der Bäume und des Gesträuchs auch wieder aus und binnen kurzem sieht so ein Maisfeld wieder so verwildert aus daß man es aus einiger Entfernung als zum Wald gehört betrachtet”.

pois colocara “fogo cedo demais, pelo que trechos do roçado queimaram mal ou nem pegaram fogo. Eu particularmente tive grande prejuízo, em tempo e colheita” (Uman, 1997, p. 57). Panke, de ascendência pomerana, não escondeu sua alegria quando a primeira roça em terra de seu pai foi queimada, possibilitando o plantio de feijão. Lamentava, por outro lado, o desperdício da madeira e a impossibilidade de esta ser capitalizada (Panke, 2005, p. 89).

Robert Avé-Lallemant (1953, p. 175) e Woldemar Schultz (1865, p. 165-176) destacaram com veemência a *Roçawirtschaft* entre os teuto-brasileiros. Avé-Lallemant percebeu o processo e lhe deu uma roupagem científica, descrevendo a transmigração de nutrientes das plantas para o solo. Estupefato com a visão de múltiplos incêndios de roças em Santa Cruz, deixou uma frase que revela parte dos seus preconceitos contra o fogo: “o que aqui a civilização fazia era uma fantástica e lamentável obra de incendiário” (Avé-Lallemant, 1953, p. 71). Ao observar o fenômeno, Schultz preferiu situá-lo dentro dos quadros da geografia agrária. Para aquele viajante, as regiões florestais do sul do Brasil ofereciam condições ideais para o assentamento de alemães, negando a hipótese da adaptabilidade alemã nos Estados dos Prata justamente pela ausência de madeiras e predomínio dos campos pampeanos. Importante para Schultz era o aproveitamento das lianas, sub-bosque, taquaras, húmus acumulados e, sobretudo, a biomassa florestal em decomposição causada pela decidualidade das árvores. Percebia também ser o manejo *Roçawirtschaft* uma resposta à inexistência de fertilizantes produzidos por rebanhos e a ausência de meios econômicos para os colonos terem acesso a mão de obra e ferramentas sofisticadas.

Uma vez as árvores derrubadas, desidratadas (nas árvores maiores fazia-se um corte anelar na altura intermediária do tronco), procedia-se à feitura dos aceiros (para evitar incêndios florestais incontrolláveis) e se queimava o lote derrubado. No solo cheio de cinzas e ainda pleno de raízes e troncos de árvores, plantava-se feijão, milho, mandioca, cana-de-açúcar, abóboras etc. (Martius, 1951, p. 1297). Trabalhava-se sobretudo com a enxada (Porzelt, 1937, p. 22-23). Preferia-se sempre o milho para a primeira lavoura, pois ele servia de alimentos aos incipientes rebanhos, e, além disso, os colonos produziam farinha para o pão de milho (*Milhebrot*), uma invenção gastronômica teuto-brasileira (Rambo, 1956, p. 311-312).

Após a queima, usava-se a área por alguns anos em sequência (de 3 a 12 anos, dependendo das condições locais, processos erosivos e lixiviação) e ela perdia gradativamente seus troncos e raízes que restavam como cicatrizes do *Urwald* derrubado (Sellin, 1885, p. 166-168). Posteriormente, os colonos administravam pousio nessa área por cerca de 10 anos, possibilitando a formação de vegetação secundária (capoeira). Pelo método *Capoeirawirtschaft*, a capoeira era então queimada e suas cinzas fertilizavam o solo por mais algumas temporadas (Lindman, 1974, p. 292-296).

É importante notar que até fins da década de 1970, 79% dos agricultores da zona rural do município de Santa Cruz do Sul admitiam usar ainda o expediente da queima de capoeira, comprovando, de alguma forma, a resiliência intergeracional dessa prática no cabedal agrônômico dos colonos e de seus descendentes (Leifheit, 1978, p. 37).

### 3. Conclusão

As alterações ecológicas da colonização alemã e, aqui, em especial, da prusso-alemã são ainda de difícil avaliação, mesmo nos nossos dias. Faltam dados sistemáticos sobre as taxas e causas fundamentais do desmatamento e das mudanças de uso da terra. Esse é, na verdade, um trabalho que se encontra em construção. A partir das perspectivas da história ambiental fortalecidas no início deste século XXI, trata-se de tema em constante discussão. Por outro lado, as mudanças de uso da terra evidenciadas no caso específico da colonização prusso-alemã se abrem para a discussão do antropoceno e das mudanças climáticas – temas que demandariam extensas pesquisas no sentido das transformações ecológicas, climáticas e sociais no continente sul-americano. A recente incorporação do Rio Grande do Sul (enchentes de 2024) numa geografia de desastres climáticos globais faz a demanda por esses trabalhos ainda mais candentes.<sup>15</sup>

Neste trabalho, foram salientados, em linhas muito gerais, os discursos culturais que permitiram, legitimaram e atravessaram a colonização agrária teuto-brasileira do quadrante sul da Mata Atlântica; por outro lado, por meio do uso da mais primordial das tecnologias, o fogo, buscamos ressaltar os contornos de tradução, recomposição, aproveitamento e alteração das ecologias sazonais indígenas e caboclas – sob o contexto do

<sup>15</sup> Vide Relly (2024).

imperialismo agrícola de emigrantes rurais – que caracterizaram a instalação de um complexo ecológico-econômico agrícola no Brasil meridional. Povos alemães tiveram nesse aspecto um papel primordial e até pioneiro, uma vez que a colonização germânica, principalmente naqueles espaços florestais, é bastante precoce.

Tanto do ponto de vista cultural quanto tecnológico-material, esse processo se configurou globalmente. Objetos e noções culturais gestadas na Europa alemã como parte de projetos de elites nacionalistas e intelectuais – moldadas sob a era da formação dos impérios coloniais tardios – se mesclaram com perspectivas próprias dos camponeses emigrados, gerando uma tênue fronteira entre os povos do *Wald* e os povos do *Urwald* na América (e até alhures). Essa fronteira mantinha como estrutura, entretanto, a colonialidade do poder, uma vez que as perspectivas indígenas e de outras populações tradicionais manteve-se invisibilizada epistêmica e materialmente. Isso não preveniu cientistas, comerciantes, publicistas alemães etc. de usarem conhecimentos ecológicos das populações tradicionais para gerar conhecimento prático e útil para os colonos, que, de fato, manejavam diariamente as complexas redes sociobiodiversas criadas pelas comunidades tradicionais por séculos. De todo modo, esse processo tampouco se configurou numa operação unilateral, uma vez que populações alemãs aderiram aos conhecimentos e práticas, amalgamando-as nas suas identidades e práticas laborais.

Tanto é assim que o controle dos saberes da coivara ameríndia e cabocla e a relação entre área cultivada e floresta se mantiveram como estrutura vertebral das colonizações alemãs por mais de um século. Em geral, a literatura tem explicado o largo uso das técnicas da agricultura itinerante como um processo de adequação direta das populações alemãs na América florestal subtropical às realidades do destino, mas tal argumento não se sustenta, haja vista a longa sobrevivência de manejos ígneos principalmente entre o campesinato empobrecido. De todo modo, a influência das técnicas tradicionais e, principalmente, de seus usos em determinadas partes do ano, teve como efeito sedimentar o calendário agrícola e o próprio rito do desmatamento. No entanto, as imposições legais da propriedade privada no território colonizado impediram por ora uma maior sazonalidade dos cultivos, por um lado gerando grandes pressões localizadas por recursos e, por outro, ameaçando florestas íntegras que perma-

neceram no rastro da colonização interna. Mas o projeto de sedentarização da produção agrícola também se encontrava no universo das populações emigradas, oriundas de regimes agrícolas comunais e que, à época, eram vitimadas pelas reformas agrícolas liberais na Europa central.

A produção agrícola teuta (em sua maioria prussiana) no Brasil manteve-se em grande parte e por muito tempo (pelo menos em muitas regiões) atrelada a um modelo comunitário, que se baseava na subsistência e soberania alimentar da comunidade e da família. Embora não fosse essa uma regra geral, a comoditização da produção agrícola e sua intensificação ocorreram claramente em distintas regiões, colônias e cidades. Tecnologias como ferrovias, plantas industriais e possibilidades energéticas convidaram a comunidade teuta continuamente ao mercado – opção quase sempre aproveitada pelos colonos quando possível. O fogo permaneceu, entretanto, como uma marca indelével desse processo, sendo ele próprio um fator tecnológico ambíguo na alteração e reprodução ecológica-social das colônias teutas do Brasil meridional.

## Referências

AMSTAD, T. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul: 1824-1924*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999.

ANÔNIMO. Waldpflanzung. *St. Paulus Blatt*, n. 7, p. 2-3, jul. 1931.

ANÔNIMO. Schiffelland (Anzeige). *Intelligenzblatt für den Kreis Simmern und dessen Umgegend 1849*, n. 65, p. 260, 05/06/1849.

ANÔNIMO. Schiffelland (Anzeige). *Intelligenzblatt für den Kreis Simmern und dessen Umgegend 1851*, n. 47, p. 47, 19/04/1851.

ANÔNIMO. Schiffelland (Anzeige). *Intelligenzblatt für den Kreis Simmern und dessen Umgegend 1852*, n. 57, p. 228, 13/05/1852.

ANÔNIMO. Was erwarten die deutschen Auswanderer in Brasilien? *Hamburger Anzeiger*, n. 17, p. 4, 21/01/1921.

ARCHIWUM PÁNSTWOWE W SZCECINIE (APS). Rep: 70 (Nad-

lesnictwo Podlesie/Oberförsterei Friedrichswalde), S: 16 (Allgemeine Anordnungen und Mittheilungen über Holzzucht, Holzanbau, Waldpflege und Forstkultur Angelegenheiten), n. 4 (Finanz Minister von der Heydt – Brief 24.07.1868), p. 7, 1868.

ARCHIWUM PÁNSTWOWE W SZCECINIE (APS). Rep: 65/135 (Urząd Katastralny w Lobzie), S: 10115 (Kreis Regenwalde – Gemarkung Raddower Wald [Radowski Las]), n. 104, Blatt 1-2, 1863.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRS). Cx. 34 (Diretoria Santa Cruz), M: 63 (Of. 1 de 10/01/1859).

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRS). Cx. 34 (Diretoria Santa Cruz), M: 64 (Of. de 15/02/1863).

AVÉ-LALLEMANT, R. C. *Viagem ao sul do Brasil (1858)*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953.

BADENBERG, N. Ansichten des Tropenwaldes: Alexander von Humboldt und die Inszenierung exotischer Landschaft im 19. Jahrhundert. In: FLITNER, Michael (Org.). *Der deutsche Tropenwald: Bilder, Mythen, Politik*. Frankfurt am Main/New York: Campus Verlag, p.148-173, 2000.

BERNHARDT, A. *Die Waldwirtschaft und der Waldschutz, mit besonderer Rücksicht auf die Waldschutzgesetzgebung in Preussen*. Berlin: Springer Verlag, 1869.

BECK-BERNARD, C. *Die argentinische Republik: ein Handbuch für Auswanderer und Kolonisten: Mit Drei Karten*. Bern: J. Allemann, 1872.

BESCHOREN, M. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

BHATTACHARYA, N. *The great agrarian conquest: the colonial reshaping of a rural world*. Albany: State University of New York Press, 2019.

BROMME, T. *Hand und Reisebuch für Auswanderer und Reisende nach Nord, Mittel und Süd-Amerika. Den gesamten Vereinigten Staaten, Canada, Brasilien, Chile, Nicaragua, Venezuela, Mejico u.s.w.* Bamberg: Verlag der Buchner'schen Buchhandlung, 1853.

BUARQUE DE HOLANDA, S. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BUBLITZ, J. Os significados da floresta: elementos para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. In: PEREIRA, E. M.; RÜCKERT, F. Q.; MACHADO, N. G. (Orgs.). *História ambiental no Rio Grande do Sul*. Lajeado: Palmarinca, p. 83-100, 2014.

CABRAL, D. de C. *Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

CANSTATT, O. *Brasil: terra e gente*. Brasília: Senado Federal, 2002.

CONRAD, S. *Globalisierung und Nation im Deutschen Kaiserreich*. München: Beck, 2010.

CONSTANTINO, N. S. de. Apresentação. In: CONSTANTINO, N. S. de (Org.). *Relatos de viagem como fontes à história*. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 7-22, 2012.

CORREA, S. M. de S. Narrativas sobre o Brasil alemão ou a Alemanha brasileira: etnicidade e alteridade por meio da literatura de viagem. *Anos 90*, v. 12, n. 21/22 p. 228-240, 2005.

CORREA, S. M. de S.; BUBLITZ, J. *Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

CHRISTILLINO, C. L. *Litígios ao sul do império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. Recife: Editora UFPE, 2010.

CROSBY, A. W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DEAN, W. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. 6ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec; Nupaub, 2004.

DOVE, M. R. Linnaeus' study of Swedish swidden cultivation: pioneering ethnographic work on the "economy of nature". *Ambio*, v. 44, n. 3, p. 239-248, 2015.

DOTZAUER, W. *Geschichte des Nahe-Hunsrück-Raumes von den Anfängen bis zur Französischen Revolution*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2001.

ECKERT, J. P. Dominar o sertão e "promover o progresso": o uso da região de floresta subtropical no Vale do Rio Pardo (século XIX). In: PEREIRA, E. M.; RÜCKERT, F. Q.; MACHADO, N. G. (Orgs.). *História ambiental no Rio Grande do Sul*. Lajeado: Palmarinca, p. 83-100, 2014.

ERNST, C. *Den Wald entwickeln: Ein Politik- und Konfliktfeld im Hunsrück und Eifel im 18. Jahrhundert*. München: Oldenbourg Verlag, 2000.

EVANGELISCHES ZENTRAL ARCHIV BERLIN (EZAB). B: 121 (Evangelischen Gesellschaft für die protestantischen Deutschen in Amerika), S: EZA 121/126 (Deutsche evangelische Synoden, Gemeinden und Schulen in Brasilien), A: 2352 (Brief von Borchard – 20.06.1866), p. 5, 1866.

FORSCHUNGSBIBLIOTHEK GOTHA (FG). NABS Fänger/Fissmer, ZN: 2005/005196 (K) (11.07.1877), p. 1, 1877.

FORSCHUNGSBIBLIOTHEK GOTHA (FG). NABS Fänger/Fissmer, ZN: 2005/005196 (K) (07.08.1872), p. 1, 1872.

FORSCHUNGSBIBLIOTHEK GOTHA (FG). NABS Stade/Hackbarth, ZN: 2004/005.928 (O) (13.10.1877), p. 1, 1877.

FORSCHUNGSBIBLIOTHEK GOTHA (FG). NABS Stade/Hackbarth, ZN: 2004/005.928 (O) (13.10.1877), p. 2, 1877.

FORSCHUNGSBIBLIOTHEK GOTHA (FG). NABS Schuhmann/Zahl, ZN: 2005/005.939 (O) (02.02.1897), p. 13, 1897.

FRÖHLICH, J. *Urwaldpraxis: 40-jährige Erfahrungen und Lehren*. Ra-debeul/Berlin: Neumann, 1954.

GERHARDT, M. *História ambiental da Colônia Ijuhy*. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.

GLUCHOWSKI, K. *Os poloneses no Brasil: subsídios para o problema da colonização polonesa no Brasil*. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski Editores, 2005.

GOLDAMMER, J. G. *History of fire in land-use systems of the Baltic region: implications on the use of prescribed fire in forestry, nature conservation and landscape management*. Radom-Katowice: First Baltic Conference on Forest Fires, 1998.

GOLDAMMER, J. G.; MONTAG, S.; PAGE, H. Nutzung des Feuers in mittel- und nordeuropäischen Landschaften. Geschichte, Methoden, Probleme, Perspektiven. *Alfred Toepfer Akademie für Naturschutz, Schneverdingen*, v. 10, n. 5, p. 18-38, 1997.

GONÇALVES, T. S. A floresta estacional decidual no Brasil: distribuição geográfica e influência dos aspectos pedogeomorfológicos na vegetação. *Revista Monografias Ambientais*, v. 14, n. 1, p. 144-153, 2015.

HÖRMEYER, J. *O Rio Grande do Sul de 1850: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil meridional*. Porto Alegre: Eduni-sul, 1986.

HÖRMEYER, J. *Südbrasilien: ein Handbuch zur Belehrung für Jedermann, insbesondere für Auswanderer*. Hamburg: Würger, 1857.

HÖRMEYER, J. *Was Georg seinen deutschen Landsleuten über Brasilien zu erzählen weiss: Schilderungen eines in Süd-Brasilien wohlhabend gewordenen Proletariers: ein Beitrag zur Länder und Völkerkunde*. Leipzig: Hansenbooks, [1863] 2016.

IHERING, H. von; LANGHANS, P. Das südliche Koloniengebiet von Rio Grande do Sul. 2. Teil. *Petermanns Geographische Mitteilungen*, v. 33, n. 11, 1887.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Manual técnico da vegetação brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

ISABELLE, A. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2006.

KERST, S. G. *Die Länder im Stromgebiete des La Plata mit Rücksicht auf den deutschen Handel und die deutsche Auswanderung. Vortrag, gehalten am 12. Mai 1852 in der öffentlichen Sitzung des Central-Vereins für die Deutsche Auswanderungs- und Kolonisations-Angelegenheit, Selbstverlag des Vereins*, Berlin, 1852.

KERN, A. A. Paleopaisagens e o povoamento pré-histórico do Rio Grande do Sul. In: KERN, A. A. (Org.). *Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 26-46, 1997.

KLEUDGEN, P. *Die deutsche Kolonie Santa Cruz in der Provinz Rio Grande do Sul in Süd-Brasilien, nach den neuesten Nachrichten dargest.* Hamburg: Robert Kittler, 1853.

KNIEST, S. Der Wald und seine Bedeutung. *St. Paulus Blatt*, n. 8, p. 117, 1935.

KUNDRUS, B. *Moderne Imperialisten: das Kaiserreich im Spiegel seiner Kolonien*. Köln: Böhlau Verlag, 2003.

KOHLHEPP, G. *Colonização agrária no Norte do Paraná: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café*. Maringá: EDUEM, 2014.

LANDESARCHIV GREIFSWALD (LG). B: 38D (Von Borcke), S: 91 (Messstichblätter zur Begüterung der Familie von Borcke), K. 966 (Gr. Borckenhagen).

LANDESARCHIV GREIFSWALD (LG). B: 38D (Von Borcke), S: 91 (Messstichblätter zur Begüterung der Familie von Borcke), K. 1064 (Dramburg).

LANDESHAUPTARCHIV KOBLENZ (LK). B: 256 (Präfektur des Rhein Mosel Departements in Koblenz), A: 11105 (Acta betreffend die Nutzung des Waldes Trabach und der Gemeinden Irmenach, Beuren und Ehrbach).

LANGE, H. *Südbrasilien: die Provinzen São Pedro do Rio Grande do Sul, Santa Catharina und Paraná mit Rücksicht auf die Deutsche Kolonisation*. Leipzig: Baldamus, 1888.

LAROQUE, L. F. da S. *Lideranças Kaingang no Brasil meridional (1808-1889)*. São Leopoldo: Instituto Anchieta, 2000.

LEÃO, J. A. F. *Relatório com que o conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão entregou a presidência da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao exm. Sr. Vice-presidente, comendador Patricio Correa da Camara*. Porto Alegre, p. 48, 1861.

LEIFHEIT, O. J. *Introdução ao estudo do meio ambiente de Santa Cruz do Sul*. Porto Alegre: Movimento, 1978.

LENZ, S. *Brasil, cidades hanseáticas e Prússia: uma história social dos alemães no Rio de Janeiro (1815-1866)*. Tese de doutorado (História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1999.

LEVINE, R. M. *Historical dictionary of Brazil*. London: Scarecrow Press, 1979.

LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes trópicos*. Barcelona: Paidós, 1988.

LINDMAN, C. A. M. *A vegetação no Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1974.

LOEFFLAD, F. *Centenário da colonização alemã em Rio Pardinho: 1852-1952*. Santa Cruz do Sul: Bins & Rech, 1952.

MABILDE, P. F. A. B. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos Matos da Província do Rio Grande do Sul (1836-1866)*. São Paulo: Ibrasa. Brasília: INS, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

MANTEL, K. *Forstgeschichtliche Beiträge: Ein Überblick über die Geschichte der Bewaldung, der Wald- und Holznutzung, der Wald- und Forstordnung und der Forstwissenschaft*. Freiburg: Schaper, 1965.

MARTIN, H. E.; VOGT, O. P.; WÜNSCH, A. C. *Recortes do passado de Santa Cruz*. 1ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

MARTIUS, C. F. P. von. A fisionomia do reino vegetal no Brasil. *Boletim Geográfico*, v. 8, n. 95, p. 1294-1311, 1951.

MILLER, S. W. *Fruitless trees: Portuguese conservation and Brazil's colonial timber*. Stanford: Stanford University Press, 2000.

MÜLLER, A. L. *Dicionário histórico e geográfico da região de Santa Cruz do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

NERONE, M. M. *Sistema faxinal: terras de plantar, terras de criar*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015.

NODARI, E. S. Crossing borders: immigration and transformation of landscapes in Misiones Province, Argentina and southern Brazil. In: BLANC, J.; FREITAS, F. (Orgs.). *Big water: the making of the borderlands between Brazil, Argentina, and Paraguay*. Tucson: University of Arizona Press, p. 81-104, 2018.

NODARI, E. S. “Mata branca”: o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem no Estado de Santa Catarina. In: NODA-

RI, E. S.; KLUG J. (Orgs.). *História ambiental e migrações*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2012.

NODARI, E. S.; CESCO, S.; WERLE, M. J.; CARVALHO, M. M. X. As florestas do sul do Brasil na imprensa alemã e a atração de imigrantes. In: DREHER, M. N.; RAMBO, A. B.; TRAMONTINI, M. J. (Orgs.). *Imigração e imprensa*. Porto Alegre/São Leopoldo: EST Edições, p. 163-175, 2004.

PANKE, L. *Memórias de Luis Panke: Relato de um descendente de imigrante alemão*. 1ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

PORZELT, H. M. *Der deutsche Bauer in Rio Grande do Sul*. Ochsenfurt am Main: Fritz & Rappert, 1937.

PRUTSCH, U.; RODRIGUES-MOURA, E. *Brasilien: eine Kulturgeschichte*. Bielefeld: Transcript, 2014.

PYNE, S. J. *World fire: the culture of fire on earth*. Washington: University of Washington Press, 1997.

PYNE, S. J. *Vestal fire: an environmental history, told through fire, of Europe and Europe's encounter with the world*. Washington: University of Washington Press, 2012.

RADÜNZ, R. *A terra da liberdade: o luteranismo gaúcho do século XIX*. Caxias do Sul/Santa Cruz do Sul: EDUCS/EDUNISC, 2008.

RAMBO, B. *A fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de monografia natural*. Porto Alegre: Selbach, 1956.

RELLY, E. O “Sul colono”, desmatamento e clima: colonizações e a tragédia das inundações no Rio Grande do Sul, *Nexo Jornal*, 04/06/2024. Disponível em: <<https://pp.nexojornal.com.br/opinia0/2024/06/04/desmatamento-e-clima-colonizacoes-e-a-tragedia-das-inundacoes-no-rio-grande-do-sul>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ROCHE, J. *Colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

SANTOS, M. P. R. T. dos. *O imigrante e a floresta: transformações ambientais, das práticas e da produção rural nas colônias do Vale do Itajaí-SC*. Tese de doutorado (História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

SCHÄFFER, G. A. von. *Brasilien als unabhängiges Reich in historischer, mercantilischer und politischer Beziehung*. Altona: J. F. Hammerich, 1824.

SCHMACHTENBERG, R. Santa Cruz do Sul: urbanização e modernidade. In: DREHER, M. N.; RAMBO, A. B.; TRAMONTINI, M. J. (Orgs.). *Imigração e imprensa*. Porto Alegre/São Leopoldo: EST Edições, p. 385-397, 2004.

SCHMIDT, U. E. *Der Wald in Deutschland im 18. und 19. Jahrhundert: Das Problem der Ressourcenknappheit dargestellt am Beispiel der Waldressourcenknappheit in Deutschland im 18. und 19. Jahrhundert: eine historisch-politische Analyse*. Saarbrücken: Conte-Verlag, 2002.

SCHMIDT, U. E. German impact and influences on American Forestry until World War II. *Journal of Forestry*, v. 107, n. 3, p. 139-145, 2009.

SCHRÖDER, F. *A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859*. Porto Alegre/São Leopoldo: Editora Oikos, 2003.

SCHULTZ, W. *Studien über agrarische und physikalische Verhältnisse in Südbrasilien: In Hinblick auf die Kolonisation und freie Einwanderung*. Leipzig: Ernst Julius Günther, 1865.

SCHULZE, F. *Auswanderung als nationalistisches Projekt: "Deutschtum" und Kolonialdiskurse im südlichen Brasilien (1824-1941)*. Wien: Böhlau Verlag, 2016.

SCHWERZ, J. N. H. von. Beiträge zur Kenntnis der Landwirtschaft in den Gebirgsgegenden des Hunsrückens. *Möglischen Annalen der Landwirtschaft*, v. 27, p. 2-3, 1831.

SELLIN, A. W. *Das Kaiserreich Brasilien*. Leipzig/Prag: G. Freytag/F. Tempsky, 1885.

SIGAUT, F. Swidden cultivation in Europe. A question for tropical anthropologists. *Social Science Information*, v. 18, n. 4-5, p. 679-694, 1979.

SMITH, R. *Propriedade da terra e transição: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SPRENGEL, C. *Die Lehre von den Urbarmachungen und Grundverbesserungen. Oder Beschreibung und Erklärung aller Urbarmachungen und Grundverbesserungen, welche die Sümpfe, Brüche, Hochmoore, Teiche, Heiden, Wüstungen, Wälder, Sandschollen, Dünen, felsigen Gründe, Aecker, Wiesen und Weiden betreffen*. Leipzig: Baumgartners Buchhandlung, 1846.

THÜNEN, J. H. von. *Der isolierte Staat in Beziehung auf Landwirtschaft und Nationalökonomie*. Hamburg: Perthes, 1826.

UMAN, J. *Memórias de um imigrante boêmio*. 3ª ed. Porto Alegre: EST/Nova Dimensão, 1997.

VOGEL, H. L. M.; SCHUMACHER, M. V.; TRÜBY, P. Deposição de serrapilheira e nutrientes por espécies nativas em uma floresta estacional decidual em Itaara, RS, Brasil. *Floresta*, v. 42, n. 1, p. 765-771, 2012.

WAIBEL, L. Princípios da colonização europeia no sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 11, n. 2, p. 159-222, 1949.

WAIBEL, L. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: SERGRAF-IBGE, 1958.

WAIBEL, L. *Urwald, Veld, Wüste*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1965.

WAPPÄUS, J. E. *Handbuch der Geographie und Statistik des Kaiserreiches Brasilien*. Leipzig: J. C. Hinrichs'schen Buchhandlung, 1871.

WARDE, P. *Ecology, economy and State formation in Early Modern Germany*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

WEIMER, G. Arquitetura popular dos imigrantes: um estudo comparativo. In: RIBEIRO, C. M. P.; POZENATO, J. C. (Orgs.). *Cultura, imigração e memória: percursos e horizontes*. Caxias do Sul: EDUCS, p. 249-267, 2004.

WILLEMS, E. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Nacional Editora, 1980.

WILHELMY, H. Wald- und Grasland als Siedlungsraum in Südamerika. *Geographische Zeitschrift*, v. 46, n. 6, p. 208-219, 1940.

WILHELMY, H. Probleme der Urwaldkolonisation in Südamerika. In: WILHELMY, H.; KOHLHEPP, G. (Orgs.). *Geographische Forschungen in Südamerika*. Berlin: Dietrich Reimer, p. 36-47, 1980.

WILSON, J. K. *The German forest: nature, identity, and the contestation of a national symbol, 1871-1914*. Toronto: University of Toronto Press, 2012.

WIRZ, A. Innerer und äußerer Wald: Zur moralischen Ökologie der Kolonisierenden. In: FLITNER, M. (Org.). *Der deutsche Tropenwald: Bilder, Mythen, Politik*. Frankfurt am Main/New York: Campus Verlag, p. 148-173, 2000.

ZANTOP, S. *Kolonialphantasien im vorkolonialen Deutschland (1770-1870)*. Berlin: Erich Schmidt Verlag, 1999.

ZÖLLER, H. *Die Deutschen im brasilianischen Urwald*. Berlin: W. Speemann, 1883.